

**Curso/Disciplina:** Direito Penal - Parte Especial

**Aula:** 62 - Usurpação de Função Pública (Parte II) e Resistência.

**Professor(a):** Marcelo Uzêda

**Monitor(a):** Leonardo Lima

## Aula nº. 62

### USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA (PARTE II)

Conforme visto na aula anterior o crime de Usurpação se encontra no capítulo II do Código Penal - Dos Crimes Praticados Por Particular contra a Administração em Geral. Trata-se de crime formal de consumação antecipada com a mera prática de um ato inerente a função pública (sentido amplo).

(...) Art. 328 - Usurpar o exercício de função pública:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único - Se do fato o agente auferir vantagem:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.(...)<sup>1</sup>

Atenção para as dicas do Professor!

#### **1ª Dica: A doutrina diferencia o crime de Usurpação para a Jactância.**

O que é a Jactância: O sujeito que se diz alguma coisa. Exemplo: Cidadão que gosta de "contar vantagem" mentindo sobre sua função, ocupação ou cargo. Diz ocupar um certo cargo específico com certa autoridade e influência (membro do MP, Juiz, delegado) mas não é, se diz ser para enganar outros.

No caso da Jactância não caracteriza crime pois trata-se uma invenção/mentira do agente (não pratica o ato de usurpar). Para o crime de usurpação tem como pressuposto a **prática** de um ato funcional diverso daquele a que é empossado ou ainda sem ser funcionário público.

#### **2ª Dica: Não confundir o Crime de Usurpação com o Crime de Estelionato.**

O crime de Estelionato art. 171 do Código Penal se caracteriza quando o sujeito se passa por funcionário público e obtém vantagem indevida em prejuízo alheio já no crime de Usurpação o sujeito exerce a função sem ser funcionário, ou sendo funcionário pratica função diversa daquela a que é empossado.

---

<sup>1</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)

Para entender melhor atenção ao exemplo do professor: O sujeito passando por auditor fiscal visitava determinadas empresas e cobrava uma vantagem indevida supostamente em razão da função mas ele não era funcionário, ele se passava por funcionário para obter vantagem indevida e nesse caso o crime praticado é de estelionato.

### **3ª Dica: Contravenção Penal**

O sujeito que se finge funcionário público art.45 da Lei das Contravenções Penais. O sujeito se finge ser funcionário público não para obter vantagem indevida. O comportamento de fingir ser funcionário público (simular) ofende a ordem jurídica.

Portanto necessário distinguir a prática desses delitos e considerar que a Usurpação de função pública é o desempenho indevido de uma atividade pública consistente como foi visto em assumir indevidamente as atividades de determinada função pública, vindo a executar atos inerentes ao ofício, sem que tenha sido aprovado em concurso ou nomeado para tal função que tem uma pena de detenção de 3 meses a 2 anos.

Na figura qualificada, conforme o parágrafo único do respectivo artigo, se o agente auferir alguma vantagem dessa conduta, a pena será aumentada - reclusão de 2 a 5 anos, e multa.

### **CRIME DE RESISTÊNCIA**

O crime de Resistência tem como conceito o fato de o particular opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio. Vejamos:

(...) Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.(...)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)

**Bem Jurídico Tutelado:** Administração Pública.

**Sujeito Ativo:** Qualquer pessoas ou o particular/ funcionário público.

**Sujeito Passivo:** Autoridade da Administração Pública ou particular que lhe presta auxílio.

**Núcleo do tipo:** Opor-se a execução do ato.

**Pressuposto:** Ato em andamento. Ato legal (SENTIDO FORMAL - FORMA PREVISTA EM LEI, COMPETÊNCIA - AUTORIDADE COMPETENTE ; SENTIDO MATERIAL- PREVISTA EM LEI).

**Meios de Execução:** Violento/ Ameaça não precisa ser grave (prenúncio de mal contra a autoridade) .

**Elemento Subjetivo do Tipo:** Dolo (vide exemplo 3)

**Especial fim de agir:** Além do dolo o agente tem o intuito de frustrar a execução do ato, agindo de forma dolosa voluntária e violenta com a finalidade de frustrar o ato.

**Momento Consumativo:** se dá na prática do ato violento ou ameaça. Por esta razão que se trata de crime formal. Mesmo que o sujeito não consiga impedir efetivamente a execução do ato.

**Exaurimento do Crime:** Se o sujeito consegue impedir a execução do ato que vai redundar na forma qualificada do parágrafo 1º.Vide Exemplo n. 4.

**Tentativa:** É admissível a tentativa. Mesmo sendo crime formal, o agente ao ser abordado pela autoridade poderá ver frustrado o resultado por meios alheios a sua vontade como por exemplo ser impedido por alguém.

Na ameaça verbal não cabe tentativa.

**Concurso:** Concurso Formal Impróprio a luz do art. 70 Cp, pois no Parágrafo 2º, em um só ato atinge-se a administração e também a integridade física de alguém. Se resulta Lesão Corporal leve, grave, gravíssima, seguida de morte ou homicídio : Responde cumulativamente pelo resultado violento.

UM ATO -----DESIGNOS AUTÔNOMOS -----RESULTADOS DIVERSOS

Aplicação do Cúmulo material.

De outro lado há quem entenda pela regra da cumulação material das penas onde o agente tem apenas a intenção de frustrar a execução do ato porém ele causa danos, lesão corporal ou morte respondendo assim cumulativamente.

Atitude Gândiga: Acorrentar-se, deitar no chão. Essa Resistência Passiva é desobediência delito previsto no art. 330 do CP. Frustrar a execução do ato sem violência.

**Exemplo 1:** O Juiz de direito expede um mandado de prisão preventiva contra o sujeito "a". O Oficial de Justiça solicitará apoio policial e cumprirá o mandado. A recusa do Sujeito "a" em face a prisão não deve prevalecer pois o mandado de prisão é um ato legal a ser cumprido.

O sujeito "a" ao opor-se com violência e grave ameaça ao cumprimento da ordem estará praticando o crime de resistência, que será julgado pelo JECRIM. Se porém com violência e ameaça haverá inquérito policial e prisão em flagrante.

**Exemplo 2:** Desocupação de imóvel, o oficial de justiça ao cumprir um mandado de desocupação de imóvel estando auxiliado por um funcionário de uma transportadora, poderá sofrer também as consequências do tipo penal sendo ameaçado ou sofrendo lesões corporais. (PARTICULAR QUE LHE PRESTA AUXÍLIO).

**Exemplo 3:** Policial descaracterizado a paisana, tenta prender o sujeito "a". Porém por erro de tipo o sujeito usa de violência para repelir a investida da autoridade por estar achando que seria vítima de sequestro. excluindo o dolo.

**Exemplo 4:** Oficial de Justiça ao cumprir mandado de desocupação do imóvel, o ocupante do imóvel resiste e se opõe com violência, nesse *interim* desaba uma tempestade causando alagamento e falta de energia e o oficial por conta da tempestade desiste da diligencia. O ato não se concretizou não por oposição do ocupante da casa mas porque diante das condições do tempo impedindo o prosseguimento do ato.

Atenção para as dicas de concursos:

Súmula Vinculante nº 11 “Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade

física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menusumario.asp?sumula=1220>